



**Edital nº 01/2023**

---

---

**Concurso Público para  
Advogado**

---

---

**MANHÃ**

**Caderno de Provas**

- ♦ **Conhecimentos Específicos**
- ♦ **Legislação do CAU**
- ♦ **Português**

**ibam** instituto brasileiro de  
administração municipal

<http://www.ibam-concursos.org.br>

**Concurso Público – Edital nº 01/2023**

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do  
Rio de Janeiro**

**Ensino Superior Completo**

**Duração: 4,5 horas**

Você recebeu o seguinte material:

- Dois **cadernos de provas**, o primeiro contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, numeradas sequencialmente, cada uma apresentando 5 (cinco) alternativas: **A, B, C, D e E**. As questões estão assim distribuídas: **01 a 30 - Conhecimentos Específicos, 31 a 40 – Legislação do CAU e 41 a 50 - Português**.
- O **segundo caderno de prova** contendo duas **questões dissertativas**.
- Um **cartão de respostas**.

**Instruções**

- Verifique se o seu nome e o seu número de inscrição estão corretos no cartão de respostas.
- Transcreva no espaço indicado no seu cartão-resposta a seguinte frase: **Interlocutor da sociedade no desenvolvimento urbano**.
- Verifique se o cargo que consta na capa da sua prova corresponde ao cargo para o qual sua inscrição foi efetivada.

**Se houver erro, notifique o fiscal.**

- Assine o cartão de respostas com caneta azul ou preta.
- Verifique se a impressão e a numeração das questões estão corretas.

**Caso ocorra qualquer erro, notifique o fiscal.**

- O caderno de provas pode ser utilizado para suas anotações.
- Não é permitido o uso de calculadora.
- Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa que mais adequadamente responde a cada uma delas. Marque sua resposta no **cartão de respostas**, onde será efetuada a correção.
- O **cartão de respostas** não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou

manchado, nem conter qualquer registro além das respostas assinaladas, de sua assinatura e da frase transcrita.

- É obrigação do candidato entregar o cartão de respostas assinado. A assinatura deverá coincidir com a do documento de identidade apresentado ao fiscal, sob responsabilidade do candidato.
- O **cartão de respostas** não será substituído em hipótese alguma. **Exceto** quando for comprovado erro do fiscal na entrega do cartão.
- O **cartão de respostas** deve ser marcado com **caneta esferográfica azul ou preta** e o espaço correspondente à letra assinalada totalmente coberto, conforme o modelo abaixo:

**Correto:**  A  B  C  D  E

**Outras formas de marcação**, diferentes da que está determinada acima, **farão com que as questões sejam anuladas. Não use lápis ou lapiseira** no cartão de respostas antes de utilizar a caneta esferográfica, pois isto também anulará suas respostas. A leitora de marcas não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma letra.

Após o término da prova, entregue ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente preenchido e assinado e com a frase transcrita.

**Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão-resposta, não cabendo aos organizadores eventuais erros ou omissões no preenchimento de todos os campos do cartão (assinatura, frase e respostas).**

**BOA PROVA!**

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Questão 01

O gestor público deve exercer a atividade administrativa com presteza, profissionalismo e com o melhor rendimento possível, evitando custos desnecessários e desperdício de recursos públicos, buscando economicidade e produtividade. Essa afirmativa se refere ao princípio administrativo da:

- A ( ) legalidade
- B ( ) impessoalidade
- C ( ) moralidade
- D ( ) eficiência
- E ( ) proporcionalidade

### Questão 02

Quanto aos poderes administrativos, é correto afirmar que:

- A ( ) o poder de polícia é exercido apenas com relação às pessoas sujeitas à disciplina administrativa
- B ( ) o poder hierárquico permite que autoridade hierarquicamente superior delegue toda e qualquer competência a seus subordinados
- C ( ) os atos praticados no exercício do poder administrativo discricionário não estão sujeitos a nenhum controle pelo Poder Judiciário
- D ( ) o exercício do poder de polícia não pode em nenhuma hipótese ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado pertencentes à Administração Pública indireta
- E ( ) o poder disciplinar é a prerrogativa da Administração Pública de apurar e sancionar infrações administrativas praticadas por pessoas sujeitas à disciplina administrativa

### Questão 03

Com relação às empresas públicas e sociedades de economia mista, é correta a seguinte afirmativa:

- A ( ) desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
- B ( ) sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam integralmente à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta
- C ( ) o estatuto da sociedade de economia mista deverá observar regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração, sendo vedada a instituição de mecanismos de proteção dos acionistas
- D ( ) as empresas públicas poderão lançar debêntures ou outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações, bem como poderão emitir partes beneficiárias
- E ( ) nas sociedades de economia mista, as divergências entre acionistas e a sociedade, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários, só poderão ser solucionadas em ação judicial, sendo vedado o uso da arbitragem e outras formas extrajudiciais de solução de conflitos

### Questão 04

Tendo em vista a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca dos serviços públicos, podemos afirmar corretamente que:

- A ( ) é legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por débitos de usuário anterior do serviço prestado em determinado imóvel, em razão da natureza real da dívida
- B ( ) é legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações, desde que precedido de notificação
- C ( ) o corte no fornecimento de energia elétrica pode recair sobre o imóvel que originou o débito ou sobre outra unidade de consumo de propriedade do usuário inadimplente
- D ( ) em todos os casos é ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando inadimplente pessoa jurídica de direito público
- E ( ) é ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando inadimplente o usuário, uma vez que esses serviços, essenciais, nunca podem ser interrompidos

### Questão 05

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) sofreu importantes alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021. Uma dessas alterações foi o estabelecimento de que apenas o Ministério Público teria legitimidade para propor ação judicial por ato de improbidade administrativa e para celebrar acordo de não persecução civil. Com relação a essa alteração legislativa, o Supremo Tribunal Federal:

- A ( ) declarou constitucionais as alterações promovidas na Lei nº 8.429/1992 pela Lei nº 14.230/2021 para estabelecer que apenas o Ministério Público tem legitimidade para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa e para a celebração de acordos de não persecução civil
- B ( ) declarou constitucionais as alterações promovidas na Lei nº 8.429/1992 pela Lei nº 14.230/2021, já que compete ao Ministério Público a defesa da legalidade e da moralidade públicas, não cabendo às entidades lesadas pelo ato improprio a proposição de ação judicial por ato de improbidade ou a celebração de acordo de não persecução civil
- C ( ) declarou a inconstitucionalidade parcial com interpretação conforme sem redução de texto de dispositivos da Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.133/2021 para restabelecer a existência de legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa e para a celebração de acordos de não persecução civil
- D ( ) declarou a inconstitucionalidade parcial com interpretação conforme sem redução de texto de dispositivos da Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.133/2021 para restabelecer a existência de legitimidade das pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa, sendo legitimidade exclusiva do Ministério Público apenas a celebração de acordos de não persecução civil
- E ( ) declarou a inconstitucionalidade parcial com interpretação conforme sem redução de texto de dispositivos da Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.133/2021 para restabelecer a existência de legitimidade das pessoas jurídicas interessadas, do Tribunal de Contas da União e da Advocacia Geral da União para a propositura de ação judicial por ato de improbidade administrativa

### Questão 06

Das alternativas abaixo, aquela que apresenta corretamente a definição de uma forma de intervenção do Estado na propriedade é a seguinte:

- A ( ) desapropriação é o procedimento administrativo pelo qual o poder público se utiliza transitariamente de bem móvel, bem imóvel ou serviço de particular em caso de iminente perigo público
- B ( ) servidão administrativa é o procedimento pelo qual o poder público, mediante declaração de utilidade pública, necessidade pública ou interesse pessoal, transfere para o patrimônio público a propriedade de bem particular
- C ( ) tombamento, que pode ser compulsório ou voluntário, é a forma de intervenção na propriedade pela qual o poder público protege bens que integram o patrimônio cultural brasileiro por seu valor histórico, artístico, arqueológico, cultural, científico ou paisagístico
- D ( ) requisição administrativa é a utilização temporária, remunerada ou gratuita, de bens particulares pelo poder público, para a execução de obras, serviços ou atividades públicas ou de interesse público
- E ( ) limitação administrativa é ônus real de uso imposto pela Administração à propriedade particular para realização de obras e serviços públicos ou de utilidade pública, mediante indenização dos prejuízos efetivamente suportados pelo proprietário

### Questão 07

Acerca das disposições da Nova Lei de Licitações e Contratos Públicos (Lei nº 14.133/2021), é verdadeira a seguinte alternativa:

- A ( ) empreitada por preço unitário é o regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais
- B ( ) fornecimento e prestação de serviço associado é o regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado
- C ( ) empreitada por preço global é a contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas
- D ( ) empreitada integral é a contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total
- E ( ) contratação semi-integrada é o regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais

### Questão 08

Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma afirmativa correta acerca dos direitos e garantias fundamentais é a seguinte:

- A ( ) a exigência de aprovação em exame de ordem para o exercício da advocacia é inconstitucional por violar o livre exercício do trabalho, ofício ou profissão
- B ( ) as associações não poderão ser compulsoriamente dissolvidas, só podendo ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado
- C ( ) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente
- D ( ) é inviolável o sigilo da correspondência, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, para instruções de processos civis e administrativos
- E ( ) é livre a locomoção no território nacional em tempo de guerra, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens

### Questão 09

Tendo em vista a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do controle de constitucionalidade, é correta a seguinte alternativa:

- A ( ) viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte
- B ( ) os Estados-membros da Federação, no exercício da competência outorgada pela Constituição Federal, podem afastar a legitimidade ativa do Chefe do Ministério Público estadual para propositura de ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local
- C ( ) a jurisprudência do STF exige, para configuração do caráter nacional da entidade de classe, comprovação da existência de associados ou membros em todos os Estados da Federação
- D ( ) a decisão do STF que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo produz a automática reforma ou rescisão das decisões proferidas em outros processos anteriores que tenham adotado entendimento diferente do posteriormente adotado pelo Supremo
- E ( ) as decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade, anteriores à instituição do regime de repercussão geral, impactam automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, mesmo nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo

### Questão 10

As normas constitucionais que, uma vez previstas no texto da Constituição, estão aptas a produzir todos os seus efeitos de forma imediata e integral são classificadas como normas de eficácia:

- A ( ) contida
- B ( ) limitada
- C ( ) plena
- D ( ) restringível
- E ( ) absoluta

### Questão 11

Alberto, brasileiro no gozo de seus direitos políticos, residente no território nacional, tomou ciência de ato ilegal lesivo ao patrimônio público praticado por Presidente de Autarquia. Para pleitear a anulação do referido ato ilegal, Alberto deverá propor perante o Poder Judiciário:

- A ( ) mandado de segurança coletivo
- B ( ) mandado de segurança individual
- C ( ) ação civil pública
- D ( ) ação popular
- E ( ) reclamação constitucional

### Questão 12

Com relação aos direitos sociais, podemos afirmar corretamente que:

- A ( ) é permitido o pagamento de remuneração inferior ao salário mínimo a servidor público, desde que esse cumpra jornada reduzida de trabalho
- B ( ) é proibida a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil
- C ( ) é proibida a realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 16 anos e de qualquer trabalho por menores de 14 anos
- D ( ) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, exclui o direito do trabalhador à indenização, mesmo se o empregador incorrer em dolo ou culpa
- E ( ) a lei poderá exigir, além do registro no órgão competente, autorização do Estado para a fundação de sindicato ou associação profissional

### Questão 13

De acordo com a Constituição de 1988, compete privativamente à União legislar sobre:

- A ( ) direito tributário e financeiro
- B ( ) produção e consumo
- C ( ) previdência social, proteção e defesa da saúde
- D ( ) proteção à infância e juventude
- E ( ) proteção e tratamento de dados pessoais

### Questão 14

Com relação às disposições da Constituição de 1988 acerca do Poder Judiciário e do Conselho Nacional de Justiça, é correta a seguinte afirmativa:

- A ( ) aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no país
- B ( ) compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, nas infrações penais comuns, os Governadores e Vice Governadores de Estado e os membros das Assembleias Legislativas estaduais
- C ( ) compete ao Conselho Nacional de Justiça rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de cinco anos
- D ( ) compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão
- E ( ) compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar originariamente as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados dos Tribunais Regionais Federais ou dos juízes federais

### Questão 15

O princípio tributário que impede a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que foi instituído ou aumentado denomina-se princípio da:

- A ( ) irretroatividade
- B ( ) legalidade
- C ( ) isonomia
- D ( ) anterioridade
- E ( ) seletividade

### Questão 16

De acordo com a Constituição Federal, a competência para instituir impostos residuais é:

- A ( ) dos Territórios
- B ( ) dos Estados
- C ( ) da União
- D ( ) dos Municípios
- E ( ) do Distrito Federal

### Questão 17

Em conformidade com a Constituição Federal, no que diz respeito às taxas e às contribuições, é correta a seguinte afirmativa:

- A ( ) as taxas podem ter base de cálculo própria de impostos
- B ( ) as taxas podem remunerar serviços públicos indivisíveis
- C ( ) as contribuições de melhoria podem ter fato gerador próprio de impostos
- D ( ) as contribuições de melhoria têm caráter vinculado a uma atividade estatal específica
- E ( ) as contribuições sociais têm destinação específica e são arrecadadas pela União, pelos Estados e pelos Municípios

### Questão 18

Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma afirmativa correta sobre o lançamento tributário é a seguinte:

- A ( ) o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada
- B ( ) quando o valor tributário estiver expresso em moeda estrangeira, será convertido à moeda nacional levando em conta a cotação da data do lançamento
- C ( ) terceiro economicamente interessado, como o locatário com responsabilidade contratual, pode impugnar o lançamento sem procuração
- D ( ) no lançamento por homologação, a homologação do pagamento precisa sempre de prévio exame da autoridade administrativa
- E ( ) o prazo geral para homologação é de cinco anos a contar do primeiro dia do ano seguinte ao da ocorrência do fato gerador

### Questão 19

A respeito das limitações constitucionais ao poder de tributar e imunidades tributárias, podemos afirmar corretamente que:

- A ( ) a União deve estabelecer diferença tributária entre bens em razão da sua procedência ou do seu destino
- B ( ) União, Estados Distrito Federal e Municípios são vedados de cobrar imposto sobre o patrimônio, a renda e serviços uns dos outros
- C ( ) o imposto de importação não depende de lei para ser instituído
- D ( ) União, Estados Distrito Federal e Municípios são vedados de cobrar taxas uns dos outros
- E ( ) a União deve instituir tributos com variedade por região, de acordo com suas características demográficas, em razão do princípio da pessoalidade

### Questão 20

Tratando de processos administrativos, judiciais e crimes tributários, inclusive à luz da jurisprudência dos tribunais, é verdadeira a seguinte afirmativa:

- A ( ) é legal a pena de perdimento do veículo pela locadora que não teve participação no crime de contrabando e/ou descaminho por conta da teoria do risco aplicada ao direito tributário
- B ( ) a ausência de prévio processo administrativo enseja a nulidade da Certidão de Dívida Ativa (CDA) nos casos de tributos sujeitos a lançamento de ofício
- C ( ) a dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, salvo se incidentes juros e correção monetária
- D ( ) a omissão de quaisquer dos requisitos previstos no termo de inscrição em dívida ativa é causa de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de segunda instância
- E ( ) em caso de saneamento da inscrição em dívida ativa, até a decisão de primeira instância, deve ser substituída a certidão nula e devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada

### Questão 21

Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma afirmativa correta, à luz da administração, obrigação e responsabilidade tributárias, é a seguinte:

- A ( ) a imputação de responsabilidade tributária, na modalidade de substituição tributária progressiva, pelo Estado competente para a instituição do ICMS, não exige lei complementar
- B ( ) incide imposto de renda sobre a indenização recebida pela instituição de servidão administrativa
- C ( ) é constitucional previsão de multa pelo fato simples de o pedido de declaração de compensação não ter sido homologado
- D ( ) a adesão a programa de parcelamento tributário é causa de extinção do crédito tributário
- E ( ) o Fisco pode aproveitar lançamento que tenha utilizado critério de base de cálculo inconstitucional, sendo desnecessário um novo lançamento

### Questão 22

A Resolução 193 de 24 de setembro de 2020 estabelece que o CAU/RJ deve emitir o aviso de cobrança dos débitos vencidos ao responsável legal da pessoa jurídica, concedendo o seguinte prazo, em dias, para pagamento ou parcelamento:

- A ( ) 10
- B ( ) 15
- C ( ) 30
- D ( ) 45
- E ( ) 60

### Questão 23

Existem áreas de atuação compartilhadas entre o profissional da Arquitetura e Urbanismo, fiscalizado pelo CAU/RJ, e profissionais fiscalizados por outros conselhos. Nestas áreas compartilhadas, na hipótese de as normas do CAU/RJ sobre o campo de atuação de arquitetos e urbanistas contradizerem normas de outro conselho profissional, enquanto não houver uma resolução conjunta de ambos os conselhos, será aplicada:

- A ( ) qualquer das normas vigentes, segundo a discricionariedade do profissional
- B ( ) a norma do conselho que garanta ao profissional a menor margem de atuação
- C ( ) a norma do CAU/RJ com prevalência sobre quaisquer outras
- D ( ) a norma do conselho que garanta ao profissional a maior margem de atuação
- E ( ) a norma do outro conselho com prevalência sobre a norma do CAU/RJ

### Questão 24

Para os fins do Programa Minha Casa Minha Vida, considera-se imóvel novo:

- A ( ) unidade habitacional com até 180 dias de “habite-se”, ou documento equivalente, expedido pelo órgão público municipal competente ou, nos casos de prazo superior, que não tenha sido habitada ou alienada
- B ( ) unidade habitacional com até 90 dias de “habite-se”, ou documento equivalente, expedido pelo órgão público estadual competente ou, nos casos de prazo superior, que não tenha sido habitada ou alienada
- C ( ) unidade habitacional com até 365 dias de “habite-se”, ou documento equivalente, expedido pelo órgão público federal competente ou, nos casos de prazo superior, que não tenha sido habitada ou alienada
- D ( ) unidade habitacional com até 730 dias de “habite-se”, ou documento equivalente, expedido pela autarquia federal competente ou, nos casos de prazo superior, que não tenha sido habitada ou alienada
- E ( ) unidade habitacional com até 45 dias de “habite-se”, ou documento equivalente, expedido pelo órgão público competente ou, nos casos de prazo superior, que não tenha sido habitada ou alienada

### Questão 25

O cessionário de crédito hipotecário:

- A ( ) é proibido de fazer averbar a cessão no registro do imóvel
- B ( ) tem o dever de fazer averbar a cessão no registro do imóvel
- C ( ) tem o direito de fazer averbar a cessão no registro do imóvel
- D ( ) tem o dever de fazer registrar por escritura pública a cessão no registro do imóvel
- E ( ) tem o dever de fazer registrar por instrumento particular a cessão no registro do imóvel

### Questão 26

Nas obrigações negativas, considera-se o devedor inadimplente desde o dia em que:

- A ( ) executou o ato de que deveria se abster
- B ( ) o credor tomou ciência da prática do ato de que o devedor deveria se abster
- C ( ) o ato de que deveria se abster produziu efeitos sobre terceiros
- D ( ) recebeu a intimação do credor de que deveria se abster do ato
- E ( ) transitou em julgado a sentença condenatória pela prática do ato de que deveria se abster

### Questão 27

Para o ajuizamento da execução fiscal pelo CAU/RJ, é correta a seguinte afirmativa:

- A ( ) além da emissão da Certidão de Dívida Ativa, deverá ser procedida a cobrança administrativa e dispensado o protesto de dívida
- B ( ) além da inscrição da dívida ativa e da emissão da Certidão de Dívida Ativa, deverá sempre ser procedida a cobrança administrativa e o protesto de dívida
- C ( ) além da inscrição da dívida ativa e da emissão da Certidão de Dívida Ativa, será facultada a cobrança administrativa e o protesto de dívida
- D ( ) facultada a inscrição da dívida ativa e a emissão da Certidão de Dívida Ativa, deverá ser procedida a cobrança administrativa e, quando possível, o protesto de dívida
- E ( ) além da inscrição da dívida ativa e da emissão da Certidão de Dívida Ativa, deverá ser procedida a cobrança administrativa e, quando possível, o protesto de dívida

### Questão 28

Na redação do compromisso arbitral, é facultado indicar:

- A ( ) o nome, profissão, estado civil e domicílio das partes
- B ( ) que o árbitro ou os árbitros julgarão por equidade
- C ( ) a matéria que será objeto da arbitragem
- D ( ) o nome, profissão e domicílio do árbitro
- E ( ) o local onde será proferida a sentença arbitral

### Questão 29

É direito do advogado, em audiência no tribunal, usar da palavra, pela ordem, mediante intervenção pontual e sumária, para:

- A ( ) esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, a documentos ou a afirmações que influam na decisão
- B ( ) complementar sua tese jurídica apresentada em sede de sustentação oral
- C ( ) manifestar sua opinião pessoal sobre a conduta dos magistrados
- D ( ) dar voz de prisão ao magistrado, se este cometer crime em flagrante
- E ( ) recorrer verbalmente de sentença ou acórdão, transcrevendo-se o recurso em ata

### Questão 30

Reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes forem comuns:

- A ( ) a data da distribuição ou as partes
- B ( ) a causa de pedir ou a data da distribuição
- C ( ) as partes
- D ( ) o pedido ou a causa de pedir
- E ( ) as partes ou a causa de pedir

**Questão 31**

No que se refere ao registro profissional no Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, é correta a seguinte afirmativa:

- A ( ) para o exercício das atividades profissionais privativas ao arquiteto e urbanista é obrigatório o registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo em cada um dos estados em que o profissional atua ou pretende atuar, visto que o registro possui validade apenas no âmbito estadual
- B ( ) para o registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo basta que o profissional tenha capacidade civil e possua diploma de graduação em arquitetura e urbanismo em instituição de ensino reconhecida pelo poder público brasileiro; caso o diploma tenha sido obtido em instituição estrangeira, precisará revalidar em instituição nacional credenciada
- C ( ) desde que todos os profissionais estejam devidamente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, fica dispensado o cadastro da sociedade que preste serviços de arquitetura e urbanismo
- D ( ) para o registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo basta que o profissional tenha capacidade civil e possua diploma de graduação em arquitetura e urbanismo em instituição de ensino reconhecida pelo poder público; caso o diploma tenha sido obtido em instituição estrangeira, não será necessária sua revalidação em instituição brasileira, desde que a instituição estrangeira seja reconhecida pelo poder público de seu próprio país
- E ( ) o registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo é necessário unicamente por possuir fé pública e constituir identidade civil para todos os fins legais

**Questão 32**

O art. 2º da Lei nº 12.378/2010 dispõe expressamente todas as atividades e atribuições do arquiteto e urbanista. Uma dessas atividades e atribuições está apresentada na seguinte alternativa:

- A ( ) execução de desenho técnico
- B ( ) operação, manutenção de equipamento ou instalação
- C ( ) planejamento e implantação de política social
- D ( ) aproveitamento e utilização de recursos naturais
- E ( ) treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária

**Questão 33**

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR é autarquia federal e, portanto, pessoa jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira. Assim, é de sua inteira competência:

- A ( ) disciplinar, orientar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo em todo território nacional, zelando por suas prerrogativas e valorização
- B ( ) recolher impostos que devem ser custeados exclusivamente pelas próprias rendas
- C ( ) instaurar processos administrativos e deliberar sobre eles, estando sua atuação limitada ao âmbito administrativo, não podendo representar judicialmente, nem mesmo na pessoa de seu presidente
- D ( ) instituir e manter obrigatoriamente convênio junto ao CREA para compartilhamento de infraestrutura de fiscalização profissional
- E ( ) elaborar e alterar os Regimentos Internos e demais atos administrativos dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs

### Questão 34

A Lei nº 12.378/2010 dispõe em seus artigos 12 a 16 sobre o acervo técnico, constituído como propriedade do arquiteto e urbanista e composto por todas as atividades por ele desenvolvidas. Sobre o tema, é correta a seguinte afirmativa:

- A ( ) o arquiteto e urbanista deve registrar seus projetos e demais trabalhos técnicos no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, a fim de resguardar a propriedade intelectual, sendo facultativo o registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo para fins de comprovação de autoria, participação e formação de acervo técnico
- B ( ) o profissional devidamente registrado deve também registrar todas as suas atribuições no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do ente federativo em que a atividade tiver sido de fato realizada
- C ( ) o arquiteto e urbanista bem como a sociedade de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo devem indicar em seus documentos e em seus elementos de comunicação o nome civil ou razão social de quem executará o serviço, o número do registro no CAU e a atividade que será desenvolvida
- D ( ) se uma atividade for desenvolvida por vários profissionais e uma sociedade e no documento não constar especificamente os níveis de responsabilidade, a sociedade será considerada a única autora e responsável
- E ( ) o projeto ou qualquer trabalho técnico de criação ou de autoria de arquiteto e urbanista constitui apenas um plano inicial, podendo ser alterado por terceiros quando de sua implantação ou execução, sem que haja necessidade de autorização por parte do autor do projeto

### Questão 35

João Marcelo, arquiteto devidamente registrado no CAU, foi contratado pela sociedade Sua Casa Imóveis LTDA para o exercício de diversas atividades privativas, dentre elas supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica e direção de obras, tudo para construção de um grande empreendimento na cidade. Diante da notoriedade do empreendimento, foi realizada fiscalização pelo CAU que constatou que João Marcelo não estava regular com o pagamento de sua anuidade, bem como não tinha efetuado o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT nem recolhido a taxa correspondente ao RRT. Perante o exposto, é correto afirmar que:

- A ( ) João Marcelo incorreu em infração disciplinar apenas quando deixou de efetuar o pagamento da anuidade, podendo ser penalizado com advertência por se tratar de uma infração leve
- B ( ) João Marcelo não incorreu em nenhuma infração disciplinar, visto que pode regularizar a questão com o simples pagamento da anuidade e da taxa, bem como efetuar o Registro de Responsabilidade Técnica a qualquer tempo
- C ( ) João Marcelo incorreu em infração disciplinar apenas quando deixou de efetuar o Registro de Responsabilidade Técnica, podendo ser penalizado com multa, não tendo incorrido em infração disciplinar por ter deixado de efetuar o pagamento da anuidade e da taxa de RRT
- D ( ) João Marcelo incorreu em infração disciplinar quando deixou de pagar a anuidade, de efetuar o Registro de Responsabilidade Técnica e de pagar a taxa, podendo ser penalizado com advertência, suspensão do exercício da atividade e/ou multa de até dez anuidades, a critério do CAU
- E ( ) João Marcelo incorreu em infração disciplinar leve quando deixou de pagar a anuidade e a taxa de RRT, devendo ser aplicada a penalidade de advertência, e incorreu em infração disciplinar grave quando deixou de efetuar o Registro de Responsabilidade Técnica, devendo ser aplicada a penalidade de multa

### Questão 36

No que se refere a competência, composição e estrutura dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal, podemos afirmar que:

- A ( ) é de cinco anos o mandato dos conselheiros, sendo permitida apenas uma recondução
- B ( ) a competência para cobrança de anuidades é exclusiva do CAU/BR
- C ( ) apenas as multas e os Registros de Responsabilidade Técnica – RRT podem ser cobrados pelo CAU/BR
- D ( ) é permitida a criação de representações e escritórios descentralizados no território de sua jurisdição, na forma do Regimento Geral do CAU/BR
- E ( ) os CAUs deverão julgar os recursos interpostos contra as decisões administrativas

### Questão 37

Por força da Lei nº 12.378/2010, no que diz respeito ao capítulo que trata da criação e organização do CAU/BR e dos CAUs, é correta a seguinte alternativa:

- A ( ) o Plenário do CAU/BR é constituído por 1 conselheiro representante de cada Estado e do Distrito Federal, 1 conselheiro representante das instituições de ensino de arquitetura e urbanismo, os quais serão eleitos através do voto direto e obrigatório dos profissionais do Estado e do Distrito Federal
- B ( ) o presidente do CAU/BR será eleito entre seus pares por maioria absoluta de votos dos profissionais de todo o país, em votação pública, aberta e obrigatória
- C ( ) o Plenário do CAU de cada Estado é constituído por 1 presidente e 10 conselheiros, caso estejam inscritos naquela autarquia até 1.000 profissionais
- D ( ) os recursos dos CAUs são compostos por receitas oriundas de anuidades, multas, taxas e tarifas, sendo vedado o recebimento de doações
- E ( ) os presidentes dos CAUs deverão encaminhar suas contas anualmente ao Tribunal de Contas da União, de forma direta e individualizada, não dependendo de apresentação nem de homologação pelo CAU/BR

### Questão 38

A sociedade empresária ACY Empreendimentos LTDA sofreu fiscalização pelo CAU, tendo sido observada a ausência de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT para realização da obra que já estava em andamento. Por essa razão, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro encaminhou notificação à ACY Empreendimentos LTDA determinando a imediata paralisação do trabalho e multa de 300% sobre o valor da taxa de RRT, devidamente corrigida monetariamente. Diante desse cenário, podemos afirmar que a atuação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro está:

- A ( ) incorreta, visto que, antes de aplicar a penalidade de suspensão da obra e multa, deveria notificar com advertência
- B ( ) correta, podendo, inclusive, o profissional que estiver atuando sem o referido RRT ser responsabilizado pessoalmente por violação ética
- C ( ) incorreta, visto que a penalidade aplicada é exorbitante e onera em demasia a sociedade
- D ( ) correta somente no que se refere à suspensão da execução da obra, estando incorreta em relação à aplicação da multa, visto que penaliza duas vezes a sociedade pelo mesmo fato, o que é vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro
- E ( ) incorreta somente no que se refere ao percentual da multa aplicada, que não pode ser maior que o valor da própria taxa de RRT

### Questão 39

No exercício de sua atividade profissional, o arquiteto e urbanista deve zelar por sua conduta. Nesse aspecto, a Lei nº 12.378/2010 estabelece que constitui uma infração disciplinar:

- A ( ) registrar intempestivamente seu projeto ou trabalho, mesmo nas hipóteses de dispensa de obrigatoriedade
- B ( ) delegar a quem não seja arquiteto e urbanista a execução de atividade privativa de arquiteto e urbanista
- C ( ) efetuar o pagamento das anuidades com atraso
- D ( ) apresentar documentos de forma incompleta ao CAU
- E ( ) incluir o número do registro do CAU e a atividade a ser desenvolvida em placas e peças publicitárias

#### Questão 40

No que diz respeito à cobrança dos valores devidos aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados, a alternativa que apresenta uma afirmativa correta é:

- A ( ) após regular processo administrativo, caso não seja efetuado o pagamento do valor devido, o CAU poderá distribuir ação judicial, sendo certo que a cobrança administrativa constitui título executivo extrajudicial
- B ( ) o atraso no pagamento de anuidades pelos profissionais enseja protesto de dívida, comunicação aos órgãos de proteção ao crédito e cobrança judicial, não podendo, entretanto, suspender o exercício da atividade profissional sob pena de cerceio de direito do profissional em prejuízo à própria subsistência
- C ( ) caso o profissional deseje proceder com seu desligamento junto ao CAU, precisará efetuar o pagamento integral de todas as dívidas pendentes no órgão, visto que as dívidas pendentes obstam o desligamento no CAU
- D ( ) o prazo prescricional para cobrança de eventuais valores devidos ao CAU é de três anos a contar da instauração do processo administrativo
- E ( ) o prazo prescricional para cobrança de eventuais valores devidos ao CAU é de três anos a contar do encerramento do processo administrativo e consolidação do valor devido para cobrança judicial

### PORTUGUÊS

#### Texto – REDE

O diário corresponde, na fala, à conversa com os próprios botões. Mas não se pode conversar apenas com botões. Inclusive, aprende-se a falar pela observação dos outros, pelo interesse nos outros. A conversa consigo mesmo, da qual as crianças são mestras, indica claramente a presença da falta.

Um tanto paradoxal esta expressão: “presença da falta”. Porém, precisa. A falta que todo homem carrega consigo o tempo todo, tanto dos outros quanto daquele que ele podia ser mas ainda não é, se faz uma presença viva, perceptível no papo das crianças com seus amigos imaginários, no sonho dos adultos com seus desejos frustrados, na insônia dos apaixonados em suas camas de solteiro. A falta que todo homem carrega consigo o tempo todo é aquela que explica e dá sentido a boa parte dos seus atos e lapsos.

Eis a palavra, testemunhando a ausência e a falta. A falta depositada nos diários testemunha a falta do autoconhecimento e, é claro, a necessidade da autoafirmação. Mas não nos falta apenas conhecer-nos. Falta-nos conhecer tudo e todos. Logo, não se escrevem única e exclusivamente diários. Escrevem-se bilhetes, cartas, artigos de jornal, livros e discursos públicos, a cada texto se marcando a presença de determinada falta.

Quando então o ato muda.

O diário afirma o indivíduo para si mesmo. Uma carta já o afirma para outro sujeito, e daí se tem de pensar neste outro no momento da escrita, uma vez que ele passou a fazer parte do ato. O outro, ao adentrar o espaço da comunicação, modifica radicalmente o texto: no visual, no estilo, na sequência, nas informações.

Por sua vez, um artigo de jornal, ou um capítulo teórico como este, buscam bem mais de um outro só, buscam muitos outros leitores (quanto mais melhor). Todos estes outros, desejados e possíveis, invadem e transformam/transtornam a mensagem, e não poderia ser de outro modo. Tudo o que existe cobra a sua existência. Se existe um leitor, pelo simples fato de existir, ele estará cobrando seu espaço no texto, na carta – cobrando que a coisa se escreva de modo que ele entenda (ele, e talvez mais ninguém, pois por enquanto tratamos de uma carta), que ele sinta e possa responder. Da mesma maneira, se existem mil leitores, pelo simples e inusitado (no Brasil) fato de existirem, eles estarão cobrando seu espaço no artigo, no livro teórico, no romance – cobrando que a coisa se escreva de modo a que se entenda, e se sinta, e mexa por dentro, e cobrando que se diga algo que ainda não tenha sido dito, para valer a pena.

BERNARDO, Gustavo. *Redação inquieta*. Rio de Janeiro: Globo, 1988 (trecho).

#### Com base no trecho abaixo, responda às questões 41 e 42.

*Eis a palavra, testemunhando a ausência e a falta. A falta depositada nos diários testemunha a falta do autoconhecimento e, é claro, a necessidade da autoafirmação. Mas não nos falta apenas conhecer-nos. Falta-nos conhecer tudo e todos. Logo, não se escrevem única e exclusivamente diários. Escrevem-se bilhetes, cartas, artigos de jornal, livros e discursos públicos, a cada texto se marcando a presença de determinada falta. (3º parágrafo)*

#### Questão 41

Em relação ao trecho acima, é correta a seguinte afirmativa:

- A ( ) o trecho disserta sobre a falta que move os sujeitos em direção ao alcance de seus objetivos pessoais
- B ( ) no trecho, o autor explica a relação que existe entre a sensação de falta, inerente ao ser humano, e a produção escrita dos diversos gêneros textuais
- C ( ) no trecho, o autor defende que a falta que os sujeitos sentem de outros sujeitos é que faz com que os homens se aventurem na produção dos diversos textos escritos
- D ( ) no trecho, é possível perceber a defesa que o autor faz da escrita como processo para o conhecimento do mundo, da realidade
- E ( ) o trecho defende que a falta de conhecimento pode ser positiva, pois estimula os homens a escreverem

#### Questão 42

A palavra sublinhada no excerto acima é um termo coesivo que estabelece uma relação de:

- A ( ) causa e consequência
- B ( ) comparação
- C ( ) alternância
- D ( ) temporalidade
- E ( ) adição

**Leia o trecho abaixo e depois responda às questões 43 e 44.**

*Da mesma maneira, se existem mil leitores, pelo simples e inusitado (no Brasil) fato de existirem, eles estarão cobrando seu espaço no artigo, no livro teórico, no romance – cobrando que a coisa se escreva de modo a que se entenda, e se sinta, e mexa por dentro, e cobrando que se diga algo que ainda não tenha sido dito, para valer a pena. (6º parágrafo)*

#### Questão 43

De acordo com Cunha (2010), os parênteses são usados nos textos para intercalar qualquer indicação acessória, que pode ser, por exemplo, uma explicação, uma reflexão ou um comentário. O uso dos parênteses no excerto acima tem também valor expressivo, já que:

- A ( ) uma das interpretações possíveis para o trecho entre parênteses é o fato de o autor querer expressar o inusitado da existência em massa de leitores no Brasil, pois aqui não houve historicamente investimento maciço de políticas públicas na alfabetização da população
- B ( ) os brasileiros não têm o hábito de cobrar dos profissionais da escrita que textos sejam produzidos, sejam textos jornalísticos, acadêmicos ou de ficção
- C ( ) uma das interpretações possíveis para o trecho entre parênteses é o fato de o autor se valer de uma metonímia: onde há “no Brasil”, deveria haver “brasileiros”
- D ( ) há a possibilidade de se interpretar os parênteses como um sinal que está sendo usado para dar destaque a essa informação acessória
- E ( ) uma das interpretações possíveis para o uso dos parênteses é a possibilidade de dar destaque à palavra “inusitado”, que vem antes deles

#### Questão 44

Em relação ao travessão usado no excerto acima, ele foi empregado:

- A ( ) para indicar a mudança de interlocutor
- B ( ) para isolar uma frase
- C ( ) de forma acessória, sem uma finalidade explícita
- D ( ) para marcar o discurso direto
- E ( ) para destacar a parte final de um enunciado

#### Questão 45

Quando então o ato muda. (4º parágrafo)

A frase acima divide o texto em duas partes, pois:

- A ( ) o que vem antes dessa frase defende uma ideia contrária ao que vem depois, visto que o autor afirma inicialmente que o que motiva a escrita de textos é a ausência para depois defender a ideia de que a motivação para a escrita de qualquer tipo de texto são os possíveis leitores
- B ( ) o que vem antes dessa frase é a introdução do texto e o que vem depois é o desfecho
- C ( ) o que vem antes dessa frase é a introdução, sem nenhum tipo de discussão, somente apresentação das ideias principais que serão trabalhadas ao longo do texto, enquanto o que vem depois da frase é a discussão dessas ideias e a defesa de argumentos que as confirmam
- D ( ) o que vem antes dessa frase defende uma ideia cujo escopo se encontra no trecho que vem depois
- E ( ) o que vem antes dessa frase discute principalmente a sensação de ausência/falta inerente aos seres humanos que determina a escrita de diversos tipos de textos, enquanto o que vem após essa frase tem como proposta principal discutir a importância dos leitores na significação/atribuição de sentidos dos textos escritos

#### Questão 46

Um tanto paradoxal esta expressão: “presença da falta”. Porém, precisa. (2º parágrafo)

A palavra sublinhada no trecho acima pode ser substituída, sem prejuízo do sentido global da frase, por:

- A ( ) perfeita
- B ( ) necessária
- C ( ) contraditória
- D ( ) exata
- E ( ) indispensável

#### Questão 47

O diário corresponde, na fala, à conversa com os próprios botões. (1º parágrafo)

Se se substituisse a palavra “conversa” pela palavra “diálogo”, a expressão sublinhada seria alterada para:

- A ( ) o diálogo
- B ( ) diálogo
- C ( ) ao diálogo
- D ( ) um diálogo
- E ( ) a um diálogo

#### Questão 48

O tempo verbal predominante no texto é o presente do indicativo. A escolha desse tempo verbal tem relação com o tipo textual do texto em questão, já que:

- A ( ) o texto é uma história contada no presente
- B ( ) o texto se propõe a descrever uma situação, a saber: a motivação que os sujeitos encontram para produzir textos escritos
- C ( ) o texto nada mais é do que uma tentativa de convencer o leitor da tese principal do autor e, para isso, verbos no presente do indicativo são fundamentais porque trazem ao texto uma conotação de coisa atual, contemporânea do leitor
- D ( ) o texto, por ser uma dissertação, expõe, explica ou interpreta ideias, o que pode ser alcançado com verbos no presente do indicativo porque esses tempo e modo expressam fatos que se passam simultaneamente ao momento da enunciação, garantindo ao texto um caráter de verdade
- E ( ) nas descrições o tempo verbal obrigatoriamente é o presente do indicativo

#### Questão 49

A falta depositada nos diários testemunha a falta do autoconhecimento e, é claro, a necessidade da autoafirmação. (3º parágrafo)

Se se colocar na terceira pessoa do plural o verbo sublinhado acima, a alternativa que contém a versão correta no que se refere à concordância verbal e nominal é:

- A ( ) As faltas depositada nos diários testemunham a falta do autoconhecimento e, é claro, a necessidade da autoafirmação.
- B ( ) Falta depositada nos diários testemunham a falta do autoconhecimento e, é claro, a necessidade da autoafirmação.
- C ( ) A falta depositada nos diários testemunham a falta do autoconhecimento e, é claro, a necessidade da autoafirmação.
- D ( ) As faltas depositadas nos diários testemunham a falta do autoconhecimento e, é claro, a necessidade da autoafirmação.
- E ( ) A falta depositadas nos diários testemunham a falta do autoconhecimento e, é claro, a necessidade da autoafirmação.

#### Questão 50

Das alternativas abaixo, aquela que contém a definição correta do que é um ofício é a seguinte:

- A ( ) ato administrativo normativo interno por meio do qual o superior hierárquico, com o intuito de orientar os subordinados no desempenho das atribuições que lhes são afetas e assegurar a unidade de ação, expede normas sobre a organização e o funcionamento de serviços dentro de sua esfera de competência
- B ( ) correspondência oficial usada pelas autoridades públicas para tratar de assuntos de serviço ou de interesse da Administração Pública entre si ou com particulares
- C ( ) instrumento de comunicação externa ao qual se dá publicidade por meio da imprensa ou pela afixação em locais de acesso dos interessados, que tem por objetivo transmitir assuntos de interesse público, visando, com isso, ao cumprimento de determinações legais, e que pode ser utilizado pela Administração Pública para, entre outros fins, a abertura de concorrência e de concurso público, o provimento de cargo público, a convocação de servidor, a divulgação de licitações e de atos deliberativos
- D ( ) expressão de um juízo, contendo pronunciamento, recomendação, determinação ou opinião sobre questão técnica, jurídica, administrativa ou financeira, em matéria submetida a apreciação de agentes administrativos
- E ( ) tipo de correspondência interna que se caracteriza pela ágil comunicação entre servidores e unidades de um mesmo órgão, podendo conter qualquer assunto que diga respeito à atividade administrativa, inclusive comunicações extensas, como exposição de projetos, ideias, diretrizes etc., devendo sua tramitação pautar-se pela simplicidade